

NADA SOBRE NÓS
SEM NÓS



—
a perseguição às
pessoas com
deficiências
durante o
Holocausto



VER COM AS MÃOS

BRUNO LOPES / UFFPR



LETRAS LIBRAS UFFPR

museu do
Holocausto
CURITIBA | BR



NADA SOBRE NÓS SEM NÓS

Eu sou seguida acompanhada
imitada assemelhada

Tomada conta fiscalizada
examinada revistada

Tem esses que são iguaizinhos
a mim

Tem esses que se vestem e se
calçam igual a mim

Mas que são diferentes da
diferença entre nós

É tudo bom e nada presta

Stela do Patrocínio (1941-1997)

poetisa, viveu por quase 30 anos no maior hospital
psiquiátrico do Rio de Janeiro.

Reino dos bichos e dos animais é o meu nome. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. Texto originado de uma gravação oral provocada, mais próximo de uma entrevista do que de uma obra literária. Stela usava uma forma de poesia oral para se comunicar. As gravações foram transpostas pela poeta e filósofa Viviane Mosé, após a morte de Stela do Patrocínio.

01. Texto de abertura: Carlos Reiss.....	02	15. Ernest Weiner.....	21
02. Eugenia e teorias pseudocientíficas.....	03	16. Valentina Z.....	22
03. Eugenia nos Estados Unidos.....	04	17. Robert Wagemann.....	23
04. Eugenia no Brasil.....	06	18. Martin Bader.....	24
05. A Eugenia na Alemanha entre 1895 e 1920.....	08	19. Princesa Maria Carolina.....	25
06. “Três gerações de imbecis são suficientes” – o caso Buck contra Bell.....	10	20. Alfred Wödl.....	26
07. A Eutanásia e a República de Weimar.....	12	21. Depois do fim: Julgamentos dos Médicos.....	27
08. Esterilização massiva - 1934 -1939.....	13	22. Invisibilidade das pessoas com deficiência.....	28
09. A Ordem de Hitler e a Aktion T4.....	15	23. A mulher surda na Segunda Guerra Mundial.....	29
10. Oposição e fim do programa.....	16	24. Propostas pedagógicas para o educador.....	30
11. Helga Gross.....	17	25. Bibliografia básica.....	33
12. Gerhard Kretschmar.....	18		
13. Dieter Neumaier.....	19		
14. Helene Melanie Lebel.....	20		

Setembro - 2020

www.museudoholocausto.org.br

"Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, pessoas. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana."

Antônio José Ferreira

Texto Introdutório da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2012



Dentro da essência do "universalismo da Shoá", o Museu do Holocausto de Curitiba busca desenvolver narrativas ligadas ao genocídio que possam dialogar com nossas mazelas contemporâneas. Uma delas é a noção de invisibilidade social, que inclui mecanismos de indiferença ou de preconceito que geram seres socialmente invisíveis - uma eterna e perversa faceta da nossa convivência. A persistência desse "desprezo social", destacado pelo filósofo Axel Honneth, embora complexa, não pode ser encarada como "normal". Para superá-lo, é necessário cumprir etapas que estejam menos no campo da teoria e mais no da ação.

Pela segunda vez, o Museu do Holocausto de Curitiba se debruça num material de fôlego para narrar histórias de outros grupos vítimas do regime nazista. Em 2017, o "Nossa Luta: a perseguição aos negros durante o Holocausto", transformado posteriormente em exposição itinerante, foi pioneiro em traçar paralelos entre a opressão nazista, os direitos humanos e a consciência negra no Brasil. Em 2020, o foco é o contexto que levou à esterilização e ao extermínio de pessoas com transtornos mentais e deficiências físicas, sensoriais e intelectuais por parte do regime nazista e de seus colaboradores.

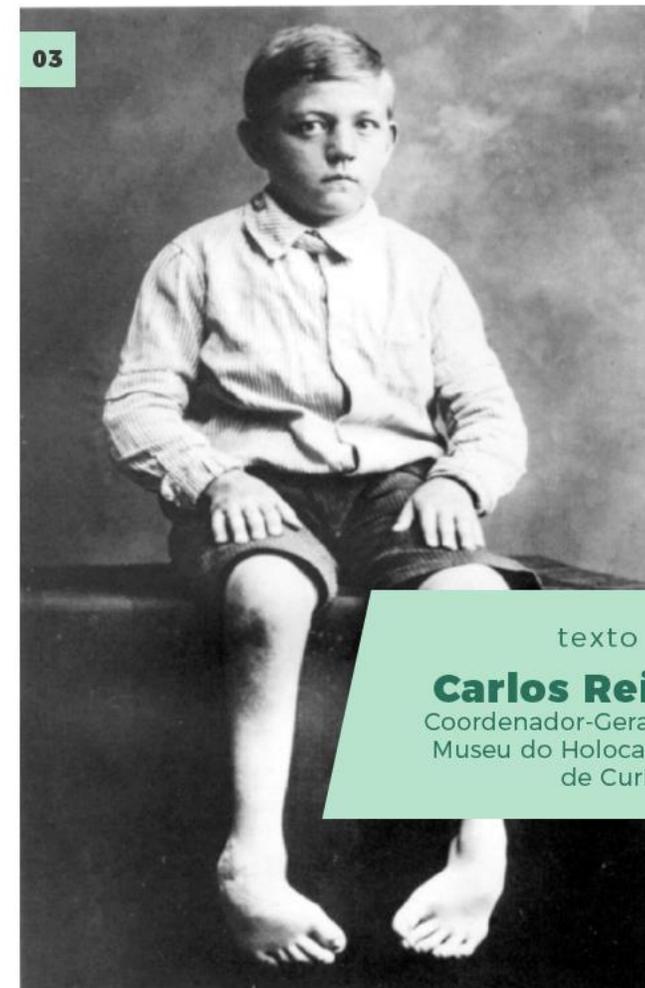
A exclusão social de pessoas com deficiências é tão antiga quanto a nossa socialização. Renegadas e escondidas, elas se deparavam com a segregação e a desinformação - fatores que fomentam o preconceito. Entretanto, temos visto avanços em vários campos, e é dever do Museu contribuir por meio da construção dessa memória. Lembrar tal episódio de nossa História nos ajuda a compreender como o direito à inclusão está ligado aos direitos humanos de forma intrínseca.

A Alemanha, hoje em dia, contribui nesse processo. É justamente no endereço Tiergartenstrasse 4, onde ficava a mansão usada como QG do programa Aktion T4, que se encontra o "Memorial e Centro de Informação para as Vítimas do Programa de Eutanásia dos Nazistas". Inaugurado em 2013, ao lado da Filarmônica de Berlim, o espaço lembra o primeiro programa sistemático de mortes em massa executado pelos nazistas.

Mais uma vez, por meio de um material voltado a educadores, o Museu do Holocausto de Curitiba utiliza a Shoá para transmitir aos jovens valores como:

tolerância, democracia, cidadania,
liberdade, respeito, empatia, resistência,
justiça, inclusão, diversidade, equidade,
pluralidade e vida.

Temos a convicção de que o trabalho deve ser voltado à vida, não à morte.



texto de:

Carlos Reiss
Coordenador-Geral do
Museu do Holocausto
de Curitiba

02 Eugenia e teorias pseudocientíficas

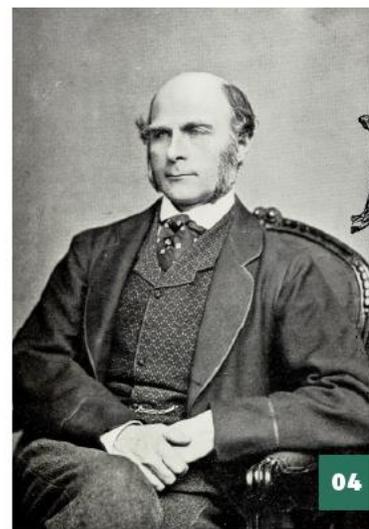


A porção final do século XVIII e o século XIX assistiram aos princípios iluministas ganharem cada vez mais espaço no imaginário social europeu, tendo como maior símbolo a Revolução Francesa. A religião e as igrejas, sem desaparecerem, foram perdendo espaço na esfera pública: não eram mais legitimadoras automáticas do poder estatal e já não satisfaziam as explicações do funcionamento do mundo. Este último papel foi gradativamente ocupado por uma nova forma de discurso legitimador: **a ciência**.

Em um momento no qual os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade se espalhavam pela Europa, ainda que não tenham promovido uma igualdade de fato, muitos pretensos cientistas elaboraram teorias sobre as diferenças humanas. Seja para explicar a diversidade que viam ou, mais ainda, para legitimar desigualdades que pretendiam criar ou manter - apesar dos novos ideais.

Assim, surgiram estudos que se diziam biológicos ou antropológicos e que culminavam em teorias que visavam justificar, por exemplo: a exploração das populações locais das colônias europeias; a vigilância sobre populações marginalizadas socioeconomicamente vistas como potencialmente criminosas; e o isolamento ou esterilização de seres humanos considerados prejudiciais para o aprimoramento da espécie humana. A igualdade apregoada pela Revolução Francesa seria, portanto, aplicável somente aos "suficientemente iguais".

Um dos mais conhecidos pseudocientistas foi **Francis Galton** (1822-1911). Por meio de uma leitura deturpada da obra de seu primo Charles Darwin, Galton criou, em 1883, o conceito de "**eugenia**", uma disciplina "científica" cujo objetivo seria melhorar a raça humana mediante o estudo dos traços genéticos e hereditários



04

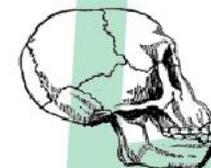
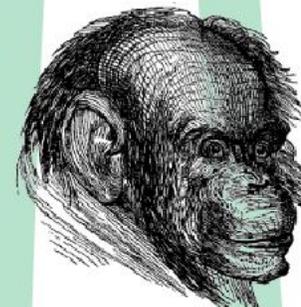
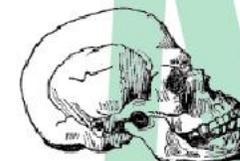
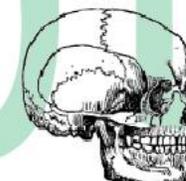


positivos e negativos – fossem ou não estes traços de fato genéticos ou hereditários. Estas características a serem controladas e transmitidas (ou não) para as gerações seguintes poderiam ser físicas (como altura, peso, cor da pele) bem como mentais, psicológicas ou sociais (como inteligência, criminalidade, alcoolismo e prostituição). De acordo com a teoria, selecionando indivíduos mais desejáveis para se reproduzir e impedindo que aqueles com traços considerados indesejáveis se reproduzissem, seria alcançado o aprimoramento da espécie. Para Galton e outros eugenistas, a seleção calculada seria de interesse da sociedade.

Entretanto, a escolha de indivíduos cuja reprodução seria mais desejável era um empreendimento que esbarrava em uma série de entraves, dentre eles, forçar duas pessoas a se reproduzir. Por outro lado, prevenir a reprodução daqueles considerados indesejáveis não era visto pelos eugenistas como algo moralmente condenável. **Em diversos países foram implementadas, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, políticas eugenistas como restrições, proibições e punições a casamentos inter-raciais e esterilização por critérios de raça, comportamento ou suposta "deficiência".**

FROM NOTT AND GLIDDON TYPES OF MANKIND (1856)

05



03 Eugenia nos Estados Unidos

Mesmo tendo surgido na Europa, a “eugenia” rapidamente chegou aos Estados Unidos, onde teve enorme sucesso e se desenvolveu de fato, ganhando força política. A partir do século XIX, criou-se um amplo consenso no público norte-americano em torno do tema. Industriais proeminentes financiaram dezenas de ligas eugenistas, impulsionando grandes campanhas de difusão da causa.

Em 1881, Alexander Graham Bell, famoso proprietário da empresa telefônica, investigou a surdez de moradores da ilha de Martha's Vineyard, em Massachusetts. Bell chegou a conclusão de que a surdez era, na maioria dos casos, produto da herança genética e sugeriu que se proibissem os casamentos de pessoas que “padeciam de enfermidades hereditárias”. Propôs ainda bloquear a entrada no país de pessoas surdas e fechar escolas destinadas a indivíduos com deficiência auditiva. Para ele, estas escolas significavam um esbanjo de dinheiro, o que chamou de “legitimação da surdez como uma doença aceitável”.

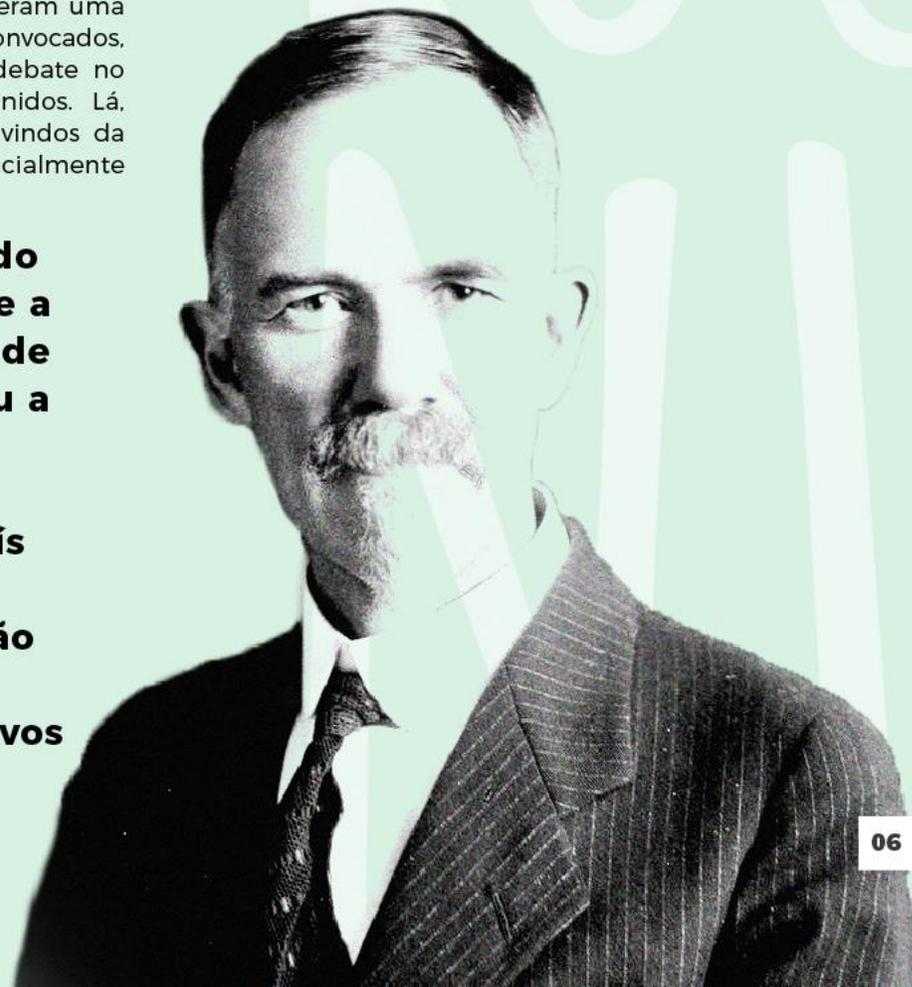
Iniciativas similares ocorreram até que a primeira lei eugênica dos Estados Unidos foi promulgada em 1896, em Connecticut. O texto proibia o casamento de pessoas que “padeciam de epilepsia, imbecilidade ou enfermidade mental”. Foi a primeira vitória dos eugenistas norte-americanos.

Em 1898, o biólogo Charles Davenport fundou um centro de estudos bioeugênicos. Em 1910, com seu colega Harry Laughlin, criou o Escritório de Registro Eugênico, cujo objetivo era elaborar e investigar genealogias familiares. O registro chegou a conclusão de que as “genealogias não-aptas” se originariam, em sua maioria, de estratos marginais do ponto de vista social e

cultural. Davenport, acompanhado pelo psicólogo Henry Goddard, propôs “soluções” cujo fim último seria “melhorar a raça humana nos Estados Unidos”: restringir a imigração, segregar e esterilizar os “não-aptos”.

Em 1924, os eugenistas tiveram uma segunda vitória: foram convocados, pela primeira vez, a um debate no Congresso dos Estados Unidos. Lá, destacaram os imigrantes vindos da Europa Oriental como “racialmente inferiores”.

Como resultado do evento, redigiu-se a Lei de Imigração de 1924, que reduziu a quantidade de imigrantes a ser recebida pelo país em 50% e introduziu a noção de “solução eugênica” aos novos cidadãos.



06



Eugenics Makes the World go 'round.

07

Physical Culture

JUNE

THE PERSONAL PROBLEM MAGAZINE

15¢

A MACFADDEN PUBLICATION



Bernarr Macfadden
EDITOR

"Misunderstanding"
Is This True Marriage Story
Your Own Case?

Sorry I've Been
a "Good Boy!"
A New Basis
of Conduct

The Valves
of Your Heart



Shall We Breed or
Sterilize
Defectives?

BY
ALBERT EDWARD WIGGAM

08



05

Creme de Belleza

"ORIENTAL"

Embranquece, amacia e assetina a cutis, dando-lhe a transparencia natural da juventude.

A' VENDA EM TODO O BRASIL

PERFUMARIA LOPES

PRAÇA TIRADENTES, 36 e 38
e RUA URUGUAYANA n.º 44

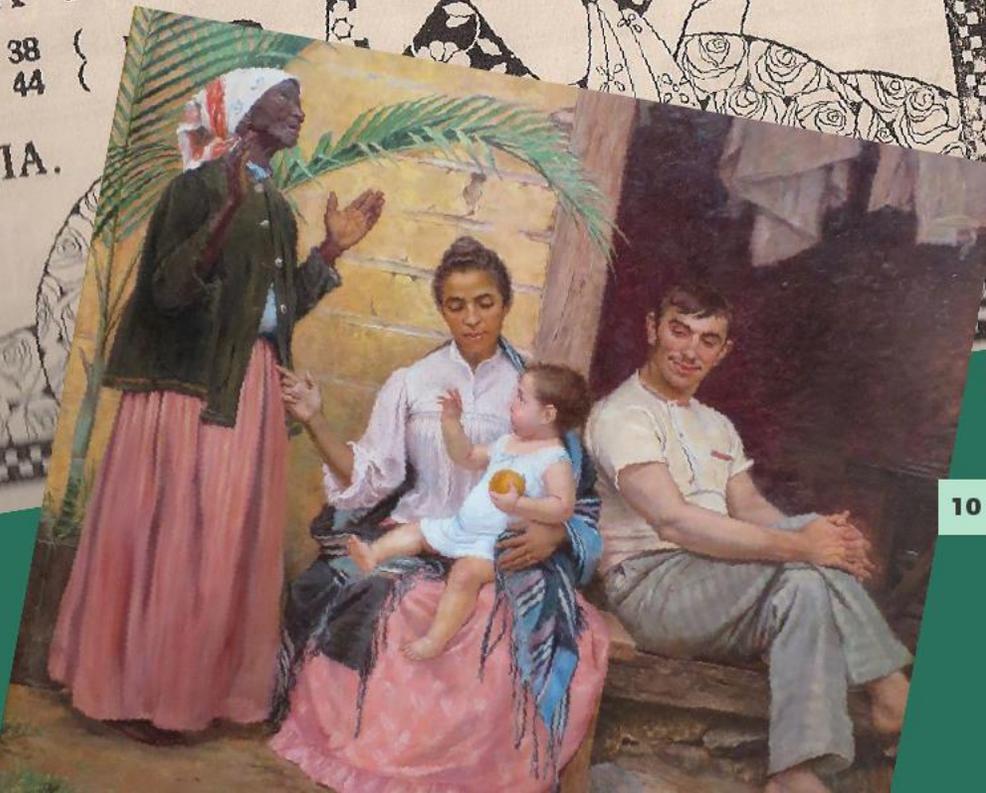
J. LOPES & CIA.

Grandes exportadores de
perfumarias nacionaes
e estrangeiras.

Sabonete DORLY
Não ha melhor.



09



10

Eugenia no Brasil

Após a 1ª Guerra Mundial, ideias eugênicas foram difundidas entre uma elite intelectual e política que se entusiasmou em construir uma nova identidade para o brasileiro, branqueando-o. Primeiro, por meio de uma condenação à miscigenação, "protegendo" os brancos. Num segundo momento, numa eugenia mais "à brasileira", não condenando a miscigenação, mas com a pretensão de branquear o país justamente por meio dela - ou seja, trazendo o imigrante branco europeu e fazendo com que ele se miscigenasse com o indígena e o africano.

Um exemplo desse "branqueamento à brasileira" é a tela "A Redenção de Cam" (1895), do pintor espanhol Modesto Brocos. A pintura foi feita pouco depois da abolição da escravidão e da instituição da República. No caminho para um suposto progresso, o Brasil adotava a Europa branca como referência. Na obra, os personagens representariam as três gerações necessárias para que o Brasil se tornasse um país branco. Já o título é uma referência ao episódio bíblico da maldição lançada por Noé sobre seu filho Cam e todos os descendentes, conforme relatado no livro do Gênesis. Punindo Cam por zombar de sua nudez e embriaguez, Noé profetizou que ele, Cam, seria "o último dos escravos de seus irmãos".

O termo brasileiro "Eugenia" foi introduzido em 1914, como título de uma tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O trabalho de Alexandre Tepedino foi orientado pelo famoso médico, político e professor Miguel Couto.

Quando se deparou com a tese, o médico e sanitarista Renato Kehl (1889-1974), considerado o pai da eugenia no país e diretor da Indústria Química e Farmacêutica Bayer do Brasil, achou que o assunto deveria ser melhor divulgado na comunidade científica. Dentre suas ideias, estavam a "segregação de deficientes", a "esterilização dos anormais e criminosos", a regulamentação do casamento com exame pré-nupcial, a educação eugênica e "testes mentais" em crianças.

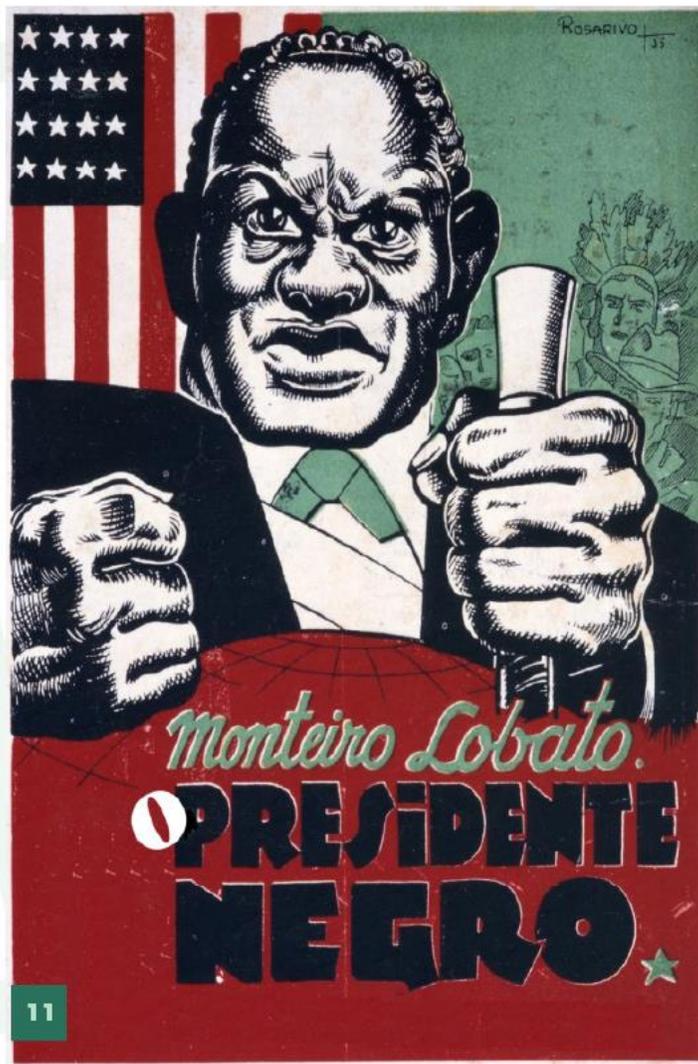
Assumindo o radical determinismo biológico, Kehl se focou nos que considerou "não-adaptáveis e inconvenientes ao desenvolvimento econômico". Para ele, "enquanto o problema da regeneração humana não for encarado sob o ponto de vista biológico", não deixariam de existir "os contrastes sociais e individuais, as crises e ameaças à paz".

Durante os anos 1920, o Movimento Eugênico Brasileiro, caracterizado por forte tendência racista, se organizou em torno de outras instituições, como a Liga Brasileira de Higiene Mental.

Em 1929, além da criação do Boletim de Eugenia, foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, organizado em comemoração ao centenário da Academia Brasileira de Medicina.

Nas décadas de 1920 e 1930, o pensamento eugenista cooptou muitos nomes influentes. Um deles foi o do escritor Monteiro Lobato, próximo de Renato Kehl. Publicado em 1926, o livro "O Presidente Negro - O Choque das Raças" falava de um negro que assumiria a Casa Branca em 2228 e uniria todos os brancos ao esterilizar e exterminar os negros. Num dos escritos a Kehl, Monteiro Lobato destacou: "precisamos lançar, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: póda. É como a vinha". Autores como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, apesar das controvérsias, flertaram com o higienismo. Já o psiquiatra Nina Rodrigues, o sanitarista Belisário Penna e o antropólogo Edgar Roquette-Pinto se destacaram ativamente no movimento.

Tal ideologia também influenciou o discurso de parlamentares, responsáveis por articular, na Constituição de 1934, medidas que demonstravam o que a sociedade branca e alfabetizada idealizava para a educação.



11

Em seu artigo 138, constam, por exemplo, o estímulo à educação eugênica (letra b) e à adoção de medidas legislativas e administrativas tendentes a (...) higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis (letra f).

Apesar da difusão, houve também oposição. Um dos maiores nomes foi o do médico sergipano Manoel Bomfim. Ainda em 1905, publicou "A América Latina: males de origem", em que chama a eugenia de "falsa ciência" e expõe o preconceito declarado dos europeus. Porém, Bomfim foi praticamente esquecido na historiografia brasileira, o que pode ser parcialmente explicado pela contraposição de suas ideias àquelas que faziam parte do pensamento dominante.

Após a 2ª Guerra Mundial, a Eugenia foi desacreditada como ciência e condenada como postura política. Embora tenha havido o que a pesquisadora Pietra Diwan chamou de "constrangimento internacional em relação à eugenia", as teses de branqueamento mantiveram-se no Brasil, mesmo não-institucionalizadas.

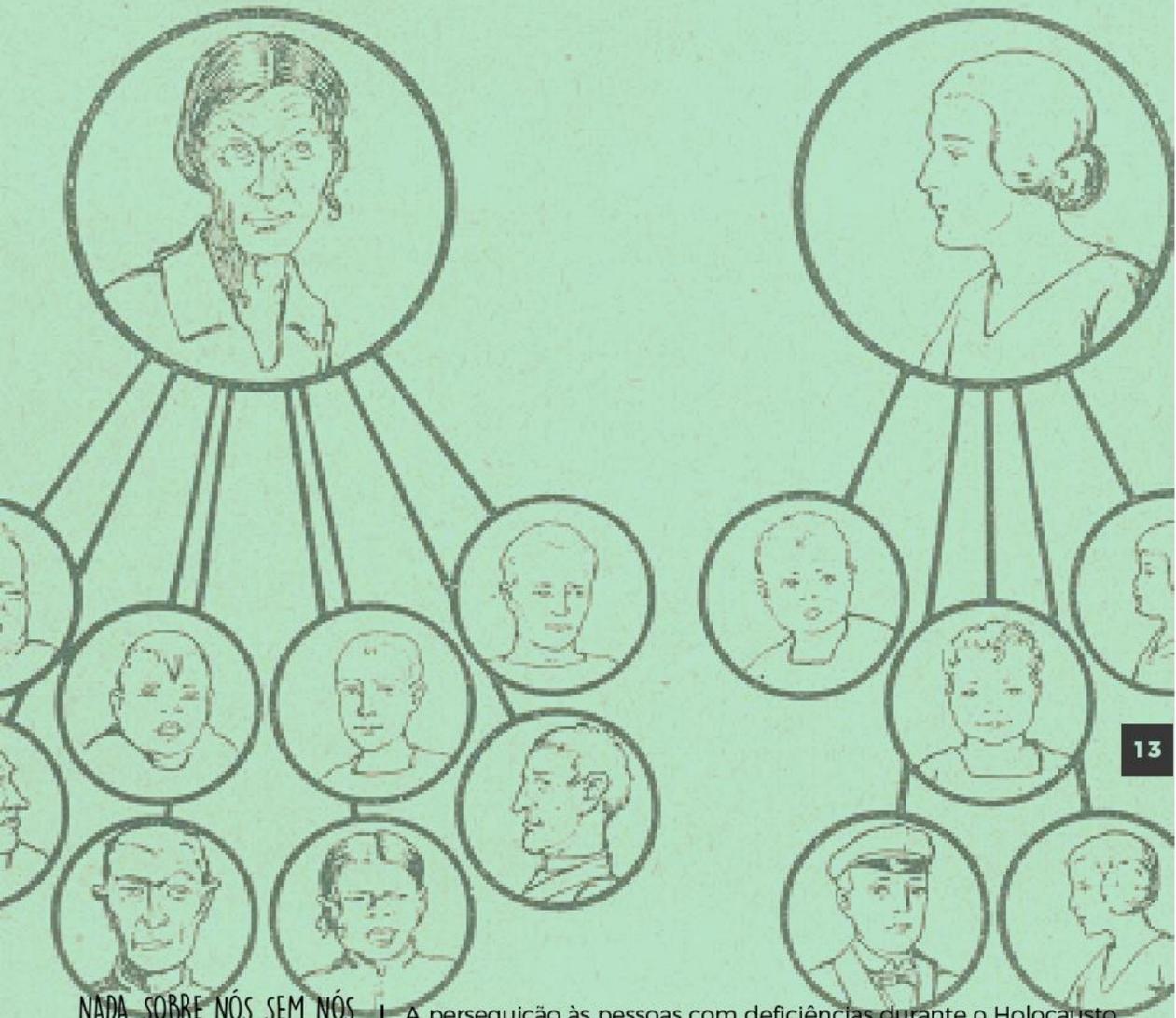


12

*1º Concurso de Eugenia
realizado pela Inspectoria de
Educação Sanitaria e
Centros de Saude a 24 de
fevereiro de 1929 em S. Paulo
por delegação da Sociedade de
Medicina de S. Paulo.*

Die Minderwertigen vermehren sich stärker als die gesunde Bevölkerung.

Zahl der Schwangerschaften bei Müttern, die schon schwachsinnige Kinder in der Hilfsschule hatten. beim Durchschnitt der Mütter des betreffenden Stadtviertels



NADA SOBRE NÓS SEM NÓS | A perseguição às pessoas com deficiências durante o Holocausto

Deutsche Hygiene - 1913

A Eugenia na Alemanha entre 1895 e 1920

O primeiro grande nome da eugenia alemã foi o médico Alfred Ploetz, que em 1895 escreveu "Conceitos básicos da higiene racial". Ploetz havia trabalhado numa pequena cidade norte-americana, onde se dedicou a estudar "genealogias raciais". Como o termo "eugenia" ainda não tinha sido traduzido para o alemão, ele criou a expressão Rassenhygiene (higiene racial).

Também em 1895, o teórico social Alfred Jost publicou na Alemanha "O direito de morrer", em que expunha a tese de que o Estado teria o direito de eliminar os "não-aptos". Ploetz, Jost e o médico Gustav Boeters são considerados os "pais" da Eugenia na Alemanha.

Em 1905, Ploetz fundou a Sociedade Alemã de Eugenia, composta por apenas 20 membros. Em 1909, o número já havia chegado a 120. O prestígio e a visibilidade do grupo aumentaram quando o já idoso Galton aceitou ser o presidente honorário da sociedade. Em 1913, Geza von Hoffmann, antigo cônsul austríaco na Califórnia, publicou em alemão "Higiene racial nos Estados Unidos da América". Para os alemães, os Estados Unidos eram um modelo a ser imitado.

A Eugenia foi se fortalecendo também com o esforço de pessoas como o antropólogo Eugen Fischer, que havia estudado as uniões raciais na África do Sul. Porém, o primeiro grande triunfo da Eugenia alemã ocorreu na 1ª Guerra Mundial. Durante o conflito, mais de 140 mil pacientes morreram em hospitais psiquiátricos. A razão: deixou-se que morressem de fome. O massacre não foi secreto. Em 1920, assim expressou o presidente da Associação de Psiquiatria da Alemanha, Karl Bonhoeffer:

“Ao que parece, à nossa frente, está se produzindo uma mudança de conceito da humanidade. (...) Durante os anos de fome, nos habituamos a ver morrer muitos de nossos pacientes por desnutrição. E mais: todos nós aprovamos com a convicção de que, graças a este sacrifício, se preservou a vida de pessoas sãs.”



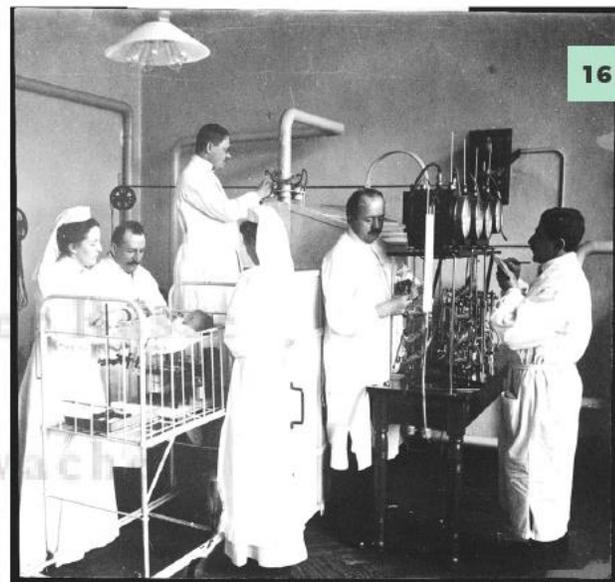
15

Grundlinien
einer
Rassen-Hygiene

von
Dr. Alfred Hoetz.

I THEIL:
Die
Tüchtigkeit unsrer Rasse
und der
Schutz der Schwachen.

BERLIN
S. Fischer.
1904.



As portas para a teoria da Eutanásia de Estado estavam abertas

Em 1920, foi publicado “A autorização da destruição de vidas não-dignas de serem vividas”, do psiquiatra Alfred Hoche e do jurista Karl Binding.

Eles apresentam o conceito de “eutanásia social”, destacando o “sofrimento social e econômico” causado pelos “incuráveis”.

Seria, portanto, responsabilidade do Estado colocar fim ao sofrimento pessoal e ao desperdício de recursos.

“Três gerações de imbecis são suficientes”: o caso Buck contra Bell

Entre 1924 e 1927, uma batalha judicial conhecida como “o Caso Buck contra Bell” marcou a história da eugenia e da esterilização compulsória nos Estados Unidos. O doutor Albert Sidney Priddy, diretor da Colônia para “epiléticos e débeis” do Estado da Virgínia, solicitou autorização para esterilizar Carrie Buck, uma paciente de 18 anos que, segundo Priddy, tinha idade mental correspondente a de uma menina de 9 anos.

O doutor Priddy sustentou que Carrie constituía uma ameaça genética para a sociedade: a jovem era filha de uma mulher considerada com idade mental tão baixa quanto, além de conter antecedentes de “prostituição e imoralidade”. Nestas circunstâncias, Carrie fora colocada à adoção e cursou a escola formal durante cinco anos. Os pais adotivos a julgaram como “incorrigível” e a internaram.

Quando a garota chegou à instituição, estava grávida “como resultado de atos imorais”. O tutor legal de Carrie apresentou uma apelação contra o pedido de Priddy. A batalha jurídica continuou, tendo como antagonista o doutor James Hendren Bell – que substituiu Priddy. Após três anos, o caso chegou à Suprema Corte dos Estados Unidos. Em 2 de maio de 1927, o tribunal determinou por sete votos a um que Carrie, sua mãe Emma e sua filha Vivian (que já tinha nascido) eram “doentes mentais” e que a esterilização era benéfica para os Estados Unidos.

17



06 "Três gerações de imbecis são suficientes":
o caso Buck contra Bell

Segundo um dos juízes, Oliver Wendell Holmes, o interesse do Estado em contar com uma população "geneticamente sã" prevaleceria sobre a inviolabilidade física do indivíduo. Ele escreveu:

“Será melhor para o mundo que, em vez de esperar para executar uma prole degenerada pelos crimes que cometeu ou deixá-la morrer à míngua por sua imbecilidade, a sociedade possa impedir os manifestamente inaptos de perpetuarem a própria espécie.”

E conclui determinando que

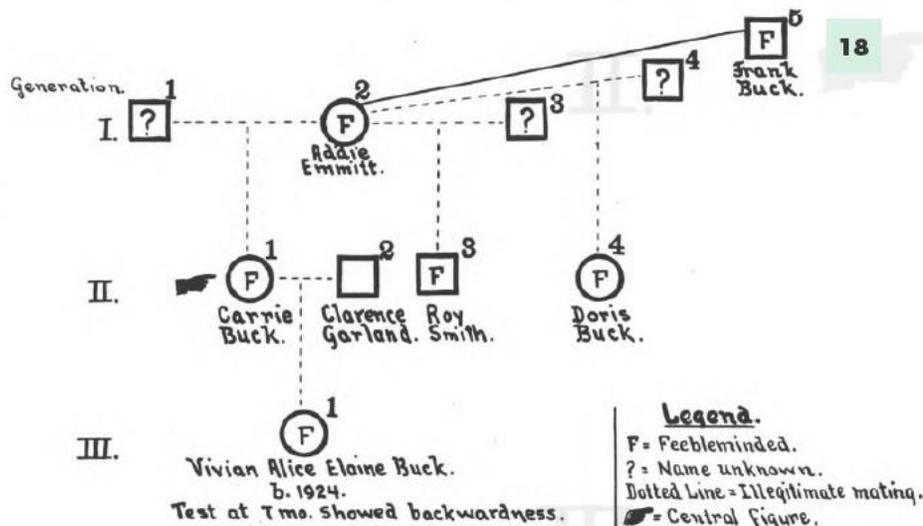
“três gerações de imbecis são suficientes”.

Todas foram esterilizadas.

Anos depois, Carrie teve alta da instituição, casou por duas vezes e se dedicou a tarefas domésticas. Durante a vida, revelou-se uma leitora ávida. A pequena Vivian morreu em 1932, aos 8 anos, com uma infecção intestinal.

Paul Lombardo, professor de Direito na Georgia State University, passou quase 25 anos pesquisando o caso Buck contra Bell. Ele vasculhou os registros e descobriu que várias provas foram fabricadas para argumentar contra Buck. Ele a encontrou pouco antes da morte dela, em 1983, e conseguiu entrevistá-la. O professor Lombardo foi uma das poucas pessoas que compareceu ao funeral de Carrie Buck.

Most Immediate Blood-kin of Carrie Buck.
Showing illegitimacy and hereditary feeble-mindedness.



A Eutanásia e a República de Weimar



O debate sobre a eutanásia se propagou por toda a Alemanha, mesmo com a repulsa da comunidade médica em geral. Além da influência eugenista, o clima social em torno dos hospitais psiquiátricos tornou-se mais adverso por causa da profunda crise econômica que afetava a economia alemã.

Entre 1924 e 1929, o número de pacientes em instituições psiquiátricas aumentou de 185 mil para 300 mil. Mesmo assim, cortes drásticos de orçamento foram realizados.

A repercussão do caso Buck contra Bell manteve o tema na pauta científica. Nos Estados Unidos, a esterilização obrigatória passou a ser permitida em 30 estados. Já na Alemanha, em 1931, a Associação de Psiquiatras organizou um concurso para propor uma resposta à pergunta: "qual a melhor maneira de utilizar os fundos disponíveis para a atenção às doenças mentais?". O ganhador foi Erich Friedlander, diretor da Clínica Lindenhaus, que propôs estratégias que incluíam mantê-los na cama uma hora a mais e utilizá-los como mão-de-obra nas cozinhas. A ideia era de que o Estado, em crise econômica, já não podia cuidar destes pacientes. Eugenistas alemães não apenas leram os textos de seus colegas norte-americanos, como também os receberam em suas universidades e foram financiados por organizações eugenistas ou com ligações com a eugenia (caso da Fundação Rockefeller). Assim, a eugenia que se desenvolveu nos EUA retornava para a Europa. Se no início da década de 1920 havia uma forte recusa à esterilizações e eutanásia, a crise econômica utilizada como ferramenta ideológica e a penetração, inclusive com aportes financeiros, da eugenia norte-americana na Alemanha fizeram com que essa resistência perdesse cada vez mais terreno.



A discussão não existia apenas no círculo médico. Politicamente, a eugenia e a eutanásia também eram assuntos explorados. Ainda em 1924, enquanto estava preso, Hitler leu o primeiro grande texto eugenista alemão, "O Fundamento da Hereditariedade Humana e da Higiene Racial", publicado em 1921 por Erwin Baur, Fritz Lenz e Eugen Fischer. Todos aliados da pseudociência americana, que tinha por mentor Charles Davenport, o principal eugenista norte-americano.

Em Mein Kampf, Hitler declarou: **"a exigência de que pessoas defeituosas podem ser impedidas de procriar descendências igualmente defeituosas parte da razão mais cristalina e, se sistematicamente executada, representa o ato mais humano da humanidade"**. O que parte dos Estados Unidos implantava lentamente, Hitler imaginou implantar a passos largos.

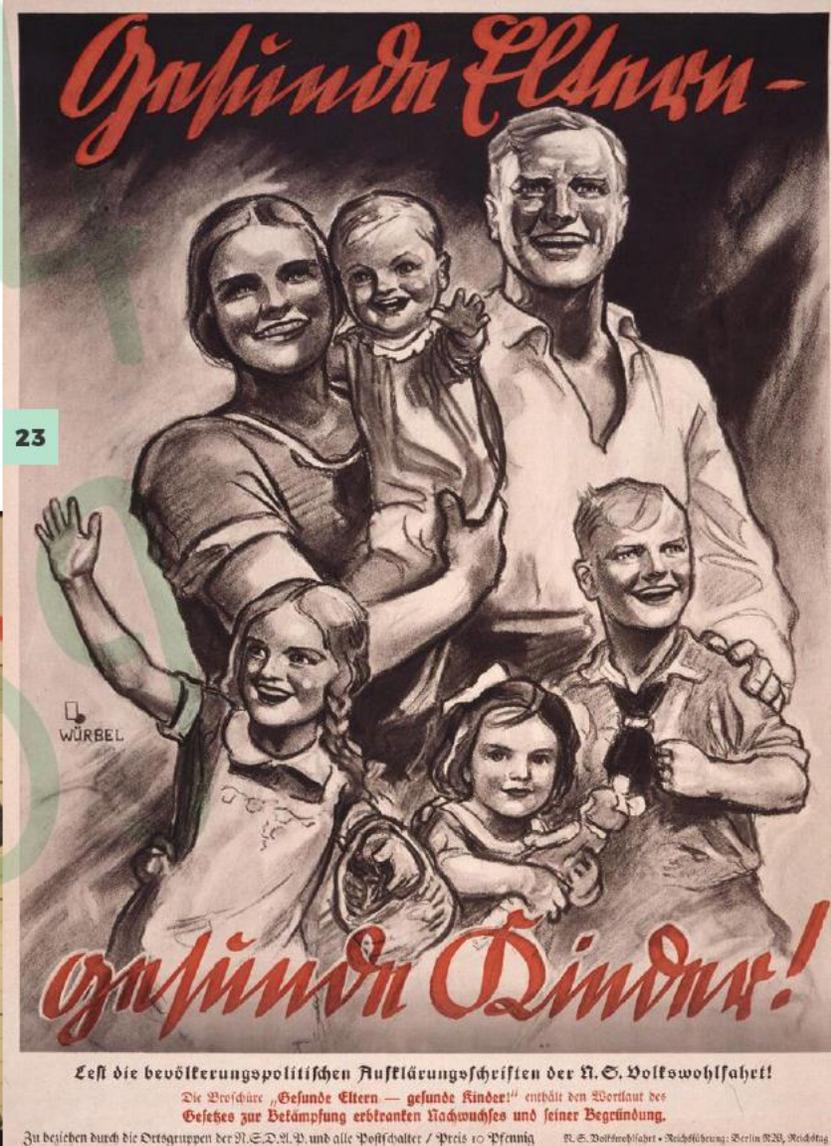
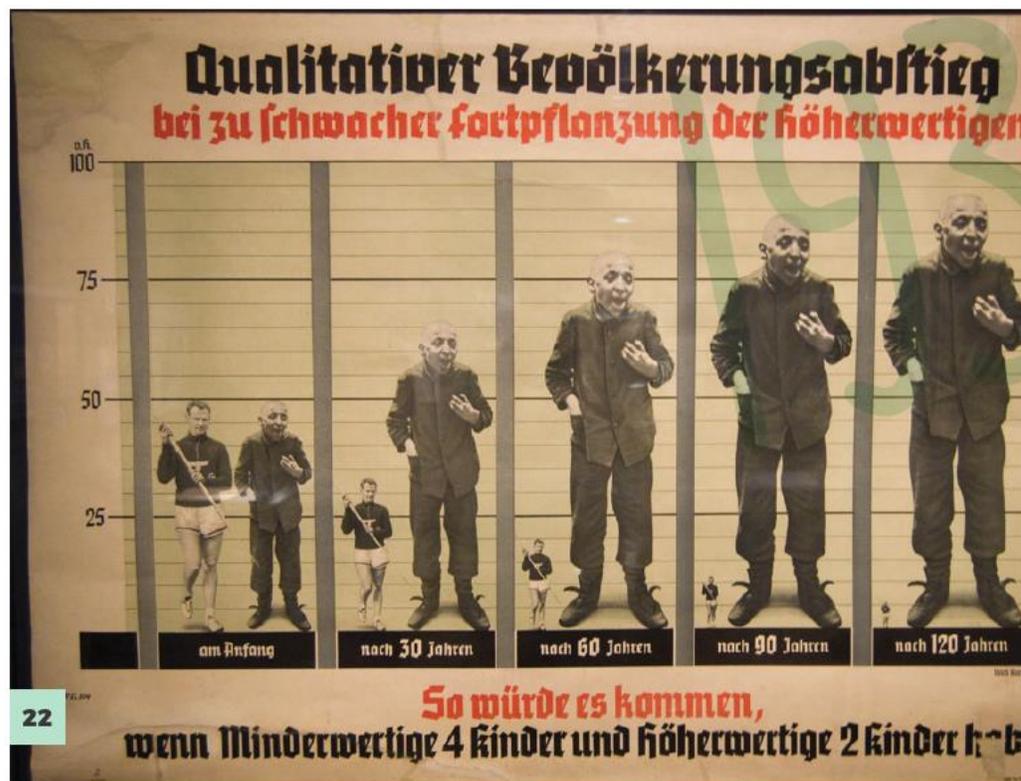
Esterilização massiva 1934-1939

Uma das primeiras preocupações do partido nazista foi com o que chamavam de "higiene racial". Este termo, que visava a purificação da raça ariana nos moldes eugenistas do século XIX, não se aplicava somente à exclusão de indivíduos considerados de outras raças, mas também a "arianos" que por algum motivo fossem enquadrados no que chamavam de "geneticamente inaptos". De acordo com declaração do ministro do interior alemão Wilhelm Frick, eram cerca de 500 mil em 1933.

Como resultado, foi promulgada em 14 de julho daquele ano a Lei para a Prevenção de Descendentes com Doenças Genéticas. O texto definia a criação de Tribunais de Saúde Genética, responsáveis por ordenar a esterilização compulsória de pessoas que se enquadrassem num rol de situações consideradas enfermidades. Os médicos foram obrigados a denunciar todos os casos de condições ditas hereditárias, enquanto a legislação e os tribunais davam uma aparência jurídico-legal para as esterilizações forçadas. As apelações eram raras e quase nunca atendidas. As únicas opções que de fato restavam eram aceitar o veredicto ou se tornar foragido da justiça.

Algumas das "doenças" em questão não eram genéticas ou hereditárias (tampouco eram doenças), mas um modo do regime nazista esterilizar alemães considerados socialmente indesejáveis, como criminosos, prostitutas ou pessoas em situação de rua.

O programa nazista foi mais amplo e planejado do que o modelo norte-americano. O sustentáculo ideológico que legitimava as esterilizações foi exposto na revista Der Erbartz de 1934, ao afirmar que o paciente não deveria ser considerado um indivíduo, mas parte do povo alemão. Ou seja, não haveria direitos individuais, somente o suposto interesse da nação. Isto alterou radicalmente – e com implicações trágicas – o papel da profissão médica. Antes de atenderem às necessidades do indivíduo, os médicos atenderiam às demandas do Volkskörper [corpo da nação].





24

Entre os “diagnósticos” mais comuns para justificar a esterilização estavam esquizofrenia, epilepsia e alcoolismo. Porém, mais da metade das pessoas esterilizadas tinham em seus prontuários descrições como “desordens mentais não especificadas” ou sem diagnóstico definido, o que permitia abarcar um rol de situações muito amplo.

Nos primeiros anos do regime nazista, o extermínio ainda não era a política oficial. No entanto, diante do processo de desumanização, que aceitava a esterilização forçada, mortes decorrentes de cirurgias realizadas sem o devido cuidado ou recursos eram tratadas como um efeito colateral.

NADA SOBRE NÓS SEM NÓS | A perseguição às pessoas com deficiências durante o Holocausto

Estima-se que entre 1933 e 1939 tenham sido esterilizadas de 300 a 400 mil pessoas. Somente em 1988, o parlamento alemão reconheceu publicamente que a lei de 1933 foi uma injustiça. Ainda assim, as vítimas das esterilizações forçadas nunca receberam quaisquer indenizações.

A Ordem de Hitler e a Aktion T4

Com a iminência da guerra, o governo nazista considerou que havia chegado o momento de radicalizar a perseguição aos grupos que considerava inferiores ou indignos de viver, entre os quais estavam as pessoas com deficiências. Segundo o depoimento do secretário de Estado Hans Lammers nos julgamentos de Nuremberg, Hitler acreditava que a existência desses indivíduos era inútil e que a decisão reduziria os custos médicos. Os nazistas acreditavam que a guerra funcionaria como uma cobertura moral e desvio de atenção para ações mais drásticas.

Em 1939, iniciou-se o assassinato massivo de crianças nascidas com deficiências físicas ou intelectuais. Os médicos foram orientados a informar aos pais que seus filhos poderiam ser curados em centros especiais, em tratamentos que, no entanto, implicavam riscos. Uma vez enviados, contudo, os bebês eram mortos com uma injeção ou de fome. Os cadáveres eram depois utilizados em experimentos pseudocientíficos.

Um documento assinado por Hitler com data de 1º de setembro (mas, provavelmente, de alguns meses depois - reforçando a associação com os esforços de guerra) determinava a "ampliação da competência" desses centros especiais, autorizando-os a dar uma "morte piedosa" aos pacientes considerados incuráveis.

O programa eufemisticamente chamado de "eutanasia" ficou a cargo de Philip Bouhler e, principalmente, do médico Karl Brandt, que passou a organizar os trabalhos a partir de uma casa expropriada de um judeu na rua Tiergartenstrasse, número 4, motivo pelo qual a operação recebeu o código de **Aktion T4**.



Cientes da possibilidade de oposição, as operações ocorriam em segredo. Ainda em 1939, foram enviados para clínicas psiquiátricas questionários sobre a condição de seus pacientes, sem, contudo, dar a entender a finalidade destes. A prioridade era exterminar as pessoas consideradas inaptas para trabalhar.



Os diretores, por sua vez, declaravam como incapazes os indivíduos dos quais exploravam a mão-de-obra, receando que estes fossem recrutados. Uma vez analisados os questionários, todos eram transportados em ônibus com janelas cobertas para seis centros de extermínio: Grafeneck, Bernberg, Sonnenstein, Brandenburg, e Hadamar, na Alemanha; e Hartheim, na Áustria.

Chegando a esses campos, eram mortos em pouco tempo, a maioria em câmaras de monóxido de carbono disfarçadas de duchas coletivas. Seus corpos eram cremados. Antes, dentes de ouro e pertences eram roubados e cérebros enviados para experimentos. A família era então informada do falecimento com uma justificativa qualquer, e que a opção pela cremação se tornava necessária por questões sanitárias. A urna com as cinzas poderia ser retirada por um parente.

Os médicos convocados não eram obrigados a participar, podendo ser deslocados para outras funções sob várias justificativas - a maioria, entretanto, prosseguiu no programa. Esta colaboração (ou conivência) serve para verificar como a ideologia nazista havia penetrado inclusive em setores sociais com alto grau de instrução formal e dos quais, muitas vezes, se espera certo senso de humanitarismo.

Oposição e fim do programa



27

Mesmo com os esforços de Brandt e de sua equipe para manter a operação secreta, os centros de extermínio se tornaram tema do debate público. A oposição de parcela significativa da população foi liderada por membros das Igrejas, tanto católicas como protestantes, com destaque para o arcebispo de Münster, Clemens August von Galen. Cada vez mais famílias se recusavam a internar seus familiares em clínicas indicadas pelo governo, sabendo do destino que teriam.

Apesar da propaganda ideológica nazista, as pessoas com deficiências eram familiares e próximas de toda população alemã, que não se mostrou disposta a assassiná-las friamente. Por outro lado, o extermínio de judeus e de outros grupos não gerou reações da mesma magnitude. Por mais ditatorial que fosse, o partido nazista não podia prescindir do apoio popular. Por isso, em 1941, a Aktion T4 foi oficialmente suspensa. Até então, ao menos 60 mil pessoas haviam sido assassinadas.

O governo nazista, entretanto, continuou o processo de extermínio, porém de forma ainda mais secreta e velada. Esta consistia em dois tipos de ações. Uma era a Aktion 14f13, na qual prisioneiros de campos de concentração classificados como inaptos ao trabalho eram transportados para centros de eutanásia. A outra foi a chamada "eutanásia selvagem". Diretores de hospitais receberam orientações para seguir com os assassinatos de diversas formas, como administrar aos pacientes uma dieta que os levaria à morte por desnutrição em cerca de três meses. Desta maneira, estima-se que o número total de vítimas tenha passado de 200 mil.

Os médicos e técnicos da Aktion T4 não ficariam, contudo, muito tempo sem função. Logo, o conhecimento adquirido durante o programa seria utilizado na chamada Solução Final, o extermínio sistemático e massivo dos judeus, notadamente nos campos de extermínio do leste europeu. Irmfried Eberl, por exemplo, era diretor dos centros de Brandenburg e Bernberg e, em 1942, foi designado diretor do campo de extermínio de Treblinka. Já Christian Wirth foi diretor administrativo de Brandenburg e mais tarde um dos principais oficiais da Operação Reinhardt, para exterminar sistematicamente os judeus da Polônia ocupada, em 1942.

A Aktion T4 serviu em grande medida de laboratório para a Solução Final, que começou a ser implementada justamente quando o programa de "eutanásia" foi oficialmente suspenso.



28

30

Nascida em 1923, em Hamburgo, a alemã **Helga Gross** foi diagnosticada como surda ainda na primeira infância. Junto de seu irmão, também surdo, recebia o carinho e a atenção dos pais, que os incentivavam a ler os lábios e a frequentar uma escola especializada. Após ser obrigada a abandonar sua casa, destruída em um incêndio, Helga foi esterilizada. 

“Éramos jovens, realmente não entendia. Um dia, eu estava na cozinha. Minha mãe veio e disse ‘Helga, sente-se. Você tem que ir para o hospital em dois dias.’ Meu pai chorou. Ele se recusou a me ver. Ele não queria me abraçar antes de eu sair de casa para ir ao hospital.”

“Em 1954, eu revi minha irmã Ursula. Ela acabara de ter um bebê lindo. E o bebê era tão bonito! Ela estava alimentando-o e então eu percebi o que sentia quando percebi que não podia ter filhos. Comecei a chorar, corri para o banheiro e apenas chorei e chorei. Quando voltei, minha irmã disse: ‘o que há de errado? Qual é o problema?’ Eu disse ‘estou apenas chorando porque estou feliz por você. Você tem uma criança linda’”.

Sobrevivente e recém-casada, Helga teve dificuldades para obter um visto nos Estados Unidos, onde aprendeu a língua de sinais americana. Seu marido, também surdo, havia sido um nadador olímpico. Hoje, eles vivem em Palmdale, na Califórnia. 

29

Gerhard Kretschmar



Gerhard Kretschmar veio ao mundo em 1939, na aldeia de Pomssen, na Alemanha. Era filho dos fazendeiros Richard e Lina. O menino nasceu cego, sem pernas e com apenas um dos braços.

Richard levou o bebê de 5 meses ao Dr. Werner Catel, pediatra em Leipzig, e pediu que seu filho fosse “adormecido”. Catel respondeu que seria ilegal. Kretschmar então escreveu diretamente a Hitler, pedindo que anulasse a lei que impedia que “este monstro” (como ele descreveu a criança) fosse morto.

De alguma forma, a carta chegou a Hitler, que convocou Karl Brandt, um de seus médicos pessoais, e o enviou para investigar o caso. Foi dito a Brandt que, se a condição do bebê fosse como descrita, autorizaria o “procedimento”. E assim ocorreu.

O registro da igreja de Pomssen mostra que Gerhard Kretschmar morreu de “fraqueza cardíaca”. Ele foi sepultado no cemitério luterano três dias depois. Embora não existam registros médicos e, apesar dos testemunhos de Brandt e Catel após a guerra terem sido contraditórios e evasivos, acredita-se que Gerhard fora morto com uma injeção de fenobarbital.

Historiadores chamam o “caso Kretschmar” de um “balão experimental”, um exemplo deliberadamente selecionado para testar e desencadear a implementação do programa de eutanásia. Três semanas depois, Hitler forneceu autorização escrita para Brandt e Bouhler iniciarem o extermínio sistemático de crianças com deficiências.



Dieter Neumaier

Dieter cresceu com pais e os dois irmãos mais velhos em Schillerhöhe, perto de Stuttgart, na Alemanha. Aos dois anos de idade, um acidente alterou o curso de sua infância. Em 1935, Dieter caiu do topo de uma escada e, em seguida, foi atacado por um cachorro. Após a traumática experiência, ele passou apenas a balbuciar palavras. No ano seguinte, sua mãe morreu de tuberculose.

Retirada da família, a criança foi classificada pelos nazistas como "imerecida". Aos sete anos, Dieter foi enviado ao castelo medieval de Grafeneck, onde funcionava um dos Centros de Eutanásia criados pelo regime. Lá, em 12 de dezembro de 1940, foi assassinado - ao contrário da versão oficial, que apontava a causa da morte como natural.

Um dos seus irmãos ainda está vivo, Wolfgang Neumaier. Até hoje, não consegue lidar com o que aconteceu com o irmão, uma criança pequena e indefesa. 

Helene Melanie Lebel

Helene Melanie Lebel nasceu na Áustria em 1911, filha de pai judeu e mãe católica. Foi criada pela mãe, já que o pai morreu em combate durante a 1ª Guerra Mundial, quando ela tinha apenas 5 anos. Chamada carinhosamente de Helly, gostava de nadar e ir à ópera. Depois de terminar seu ensino secundário, entrou na faculdade de Direito.

Aos 19 anos, começou a mostrar sinais de um transtorno mental. Em 1935, Helly foi diagnosticada como esquizofrênica e internada em um hospital psiquiátrico. Depois que a Alemanha anexou a Áustria, Helene foi proibida de sair do local. Sua mãe foi levada a acreditar que ela tinha sido transferida a um hospital em Niedernhart. Na realidade, Helly foi mandada a uma prisão em Brandenburg, onde foi despida, submetida a um exame físico e depois conduzida a um banheiro.

Ela se tornou uma das 9.772 pessoas mortas por gás no Centro de Eutanásia de Brandenburg. Sua morte foi oficialmente listada como ocorrida em seu quarto por "excitação esquizofrênica aguda".

Helly manteve um diário durante os anos em que esteve presa no hospital Steinhof, em Viena. 

33





34



35

Ernest Weiner é viúvo, sem filhos e vive numa casa de acolhimento a sobreviventes da Shoá em Ramat Hasharon, Israel. Nascido na Áustria, fugiu com a irmã para a Holanda. Seus pais ficaram e foram mortos, assim como toda a sua família.

Ele e a irmã foram deportados ao campo de trânsito de Westerbork. Como era um electricista treinado, ficou trabalhando no local - ele estima que escapou da deportação para o complexo de extermínio de Auschwitz por cerca de 15 vezes.

No entanto, os choques elétricos sofridos como resultado de seu trabalho causaram danos a longo prazo em seu coração e o deixaram cego do olho direito. Mais tarde, ele perdeu a visão em seu outro olho devido ao diabetes.

Foi finalmente enviado a Auschwitz, de onde mais tarde emigrou com a esposa ao recém-fundado Estado de Israel. Vivendo numa cadeira de rodas, Ernest conta hoje com um cuidador e recebe dezenas de voluntários para longas conversas. Em 2017, no seu aniversário de 92 anos, uma grande festa foi organizada - que incluiu a presença da supermodelo Bar Rafaeli.

“Por um lado, é bom ter todas essas pessoas. Por outro lado, você se lembra de tempos tão difíceis”, ele disse.

VALENTINA Z.

Valentina Z.

Era o ano de 1932 em Nottingham, na Inglaterra. Nascia **Valentina**, filha de um casal alemão de artistas circenses, sem residência permanente. Com microcefalia, Valentina foi logo deixada com a avó, que vivia em Berlim. Seus pais nunca mais a viram. Já com 4 anos, a menina foi levada ao Hospital Universitário de Charité. Ela não podia falar, andar ou ficar de pé, e é provável que também fosse cega.

Os enfermeiros a descreviam como doce e feliz, reconhecendo alegremente as pessoas mais próximas e apreciando determinados alimentos. Porém, desde o início de sua internação, os médicos do Charité consideraram Valentina um caso interessante para pesquisa científica. Vários experimentos foram filmados pelo psiquiatra Gerhard Kujath, membro do partido nazista, sob a supervisão de Karl Bonhoeffer. Eles a submeteram a experiências dolorosas e assustadoras, como ruídos altos e luzes ofuscantes, picadas de alfinetes, resfriados e bebidas de soluções salgadas, doces e amargas, a fim de testar suas reações.

As gravações, realizadas entre 1937 e 1938, mostram alguns desses procedimentos, incluindo cenas de Kujath demonstrando os reflexos subdesenvolvidos de Valentina, segurando-a de cabeça para baixo pelos pés, lançando-a pelo ar e colocando-a em outras posições terríveis e desconfortáveis. A criança chora, grita e tenta afastar as mãos de Kujath, mas nem ele nem uma enfermeira lhe dão conforto.

Valentina morreu em 28 de outubro de 1941, na ala de Pediatria do Hospital de Berlin-Wittenau. A causa da morte foi dada como "pneumonia" - a verdadeira causa foi uma overdose de fenobarbital. No mesmo dia, seu corpo foi levado para o hospital Rudolf Virchow, onde o mesmo Gerhard Kujath e o neuropatologista Berthold Ostertag abriram e dissecaram seu cérebro. Em 1956, baseando-se nestas pesquisas, Ostertag publicou um capítulo sobre microcefalia em um livro didático para estudantes de Medicina, que inclui fotos de Valentina. Já o dr. Kujath foi acusado de crimes contra crianças praticados pelo nazismo - e negou categoricamente ter participado de tais atrocidades. Mesmo com provas e depoimentos de colegas, Gerhard Kujath viveu em paz no pós-Guerra, falecendo em 1974. 

36

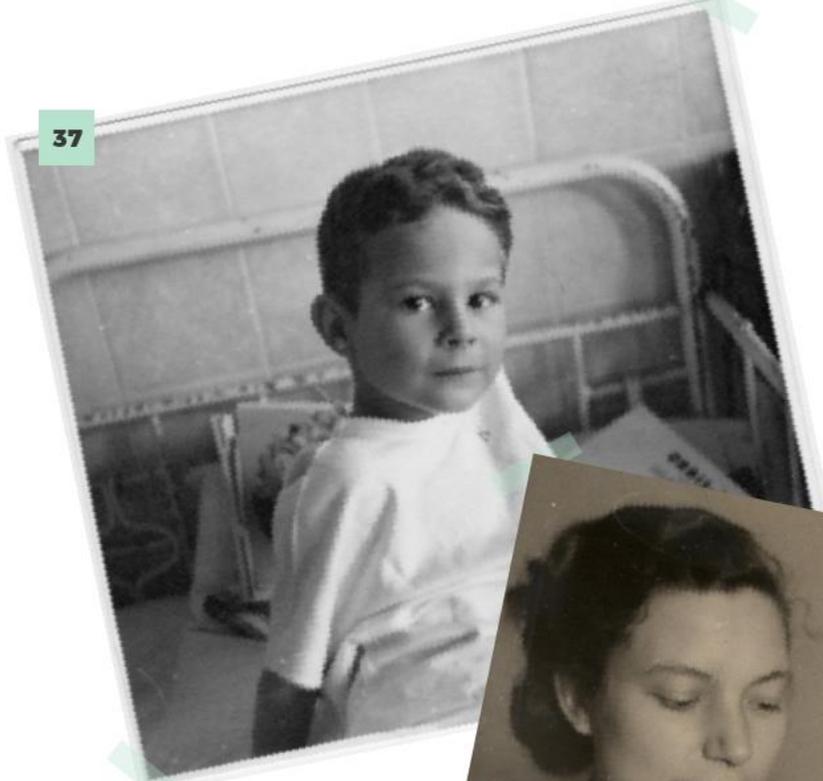


Apenas em janeiro de 1988, os registros das experiências médicas em Valentina foram retirados dos catálogos de filmes médicos na Alemanha.

ROBERT WAGEMANN

Robert **Wagemann**

37



38

O alemão **Robert Wagemann** e sua família eram Testemunhas de Jeová, uma religião cristã perseguida pelo nazismo porque seus praticantes se recusavam a jurar fidelidade a Adolf Hitler e a servir no exército.

Seu pai Johann trabalhava em laboratórios químicos, enquanto a mãe, chamada Lotte, ajudava os avós de Robert a administrar uma loja de bebidas nos subúrbios de Mannheim. A popularidade da loja, aliada à amizade com a polícia, ajudou a família a evitar perseguições durante parte da década de 1930. Mesmo assim, continuavam a manter suas atividades religiosas.

Pouco antes do nascimento de Robert, em 1937, Lotte foi presa por distribuir panfletos. Durante o parto, o quadril de Robert foi machucado. Seu médico judeu havia fugido para a Suíça e a família só podia pagar uma parteira incapaz de lidar com o trabalho complicado. O dano passou despercebido até ele ter quase quatro anos de idade.

Uma tentativa de substituir seu quadril lesionado por um de prata não teve sucesso. Quando Robert tinha cinco anos, foi convocado a comparecer para um exame físico na Universidade de Heidelberg. Por acaso, enquanto aguardava, sua mãe ouviu comentários dos médicos sobre “colocar Robert para dormir”. Desconfiando de que ele seria morto, tomou-o nos braços e fugiu da clínica durante o horário do almoço. Correram até o rio Neckar – e só lá, no meio dos juncos altos, ela o vestiu.

Esconderam-se na casa do avô, na pequena cidade de Ingelheim am Rhein, composta quase exclusivamente por católicos e protestantes. No primeiro dia de escola, as crianças cantaram o Hino Nacional e saudaram Hitler. Robert se recusou a fazê-lo. Isso foi notado pelos professores e, no dia seguinte, a polícia apareceu. O avô usou sua influência, como protestante respeitado na região, para afastá-los por tempo suficiente para que Robert e a mãe escapassem até uma fazenda.

No fim da guerra, Robert e os pais retornaram a Mannheim. Ele voltou a frequentar a mesma escola. Depois de terminar os estudos, trabalhou como aprendiz. Casou-se em 1960 e emigrou para os Estados Unidos, onde vive até hoje.

MARTIN BADER

Martin Bader

Martin Bader nasceu em 20 de novembro de 1901, em Giengen, no sul da Alemanha. Filho de um operário e de uma dona de casa, Martin e os cinco irmãos tinham uma vida modesta e feliz. Na primavera de 1915, depois de se formar na escola primária, começou a aprender o ofício de sapateiro. Casou-se dez anos depois em Aschau, de onde retornou à cidade-natal com a esposa e os três filhos. Passou no exame para mestre-artesão e tudo corria bem.

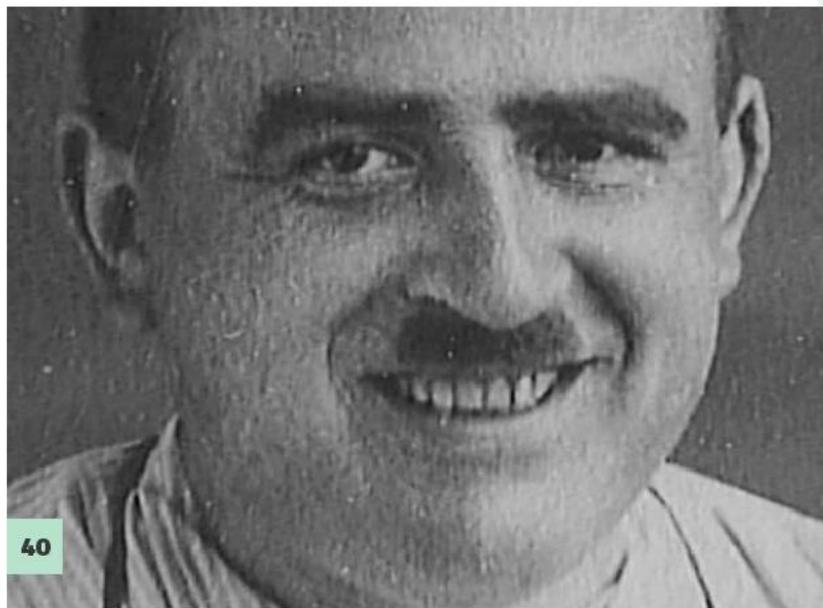
A partir de 1926, a metade esquerda de seu corpo começou a tremer incontrolavelmente, ficando cada vez mais difícil trabalhar. Internou-se numa clínica psiquiátrica em Tübingen por várias semanas, na qual veio o diagnóstico: doença de Parkinson. Quando tinha 18 anos, Martin havia sofrido com o surto de gripe espanhola, uma das pandemias mais letais da história.

Como ficou impossibilitado de trabalhar com sapateiro, viveu de um comércio de sabões até agosto de 1930, quando retornou a Tübingen. Em 1938, foi internado no sanatório de Schussenried, onde os pacientes eram tratados como prisioneiros. De lá, Martin escreveu muitas cartas, relatando estar sofrendo, congelando e morrendo de fome. A última mensagem é um cartão-postal de 1º de maio de 1940, no qual agradeceu por um pacote.

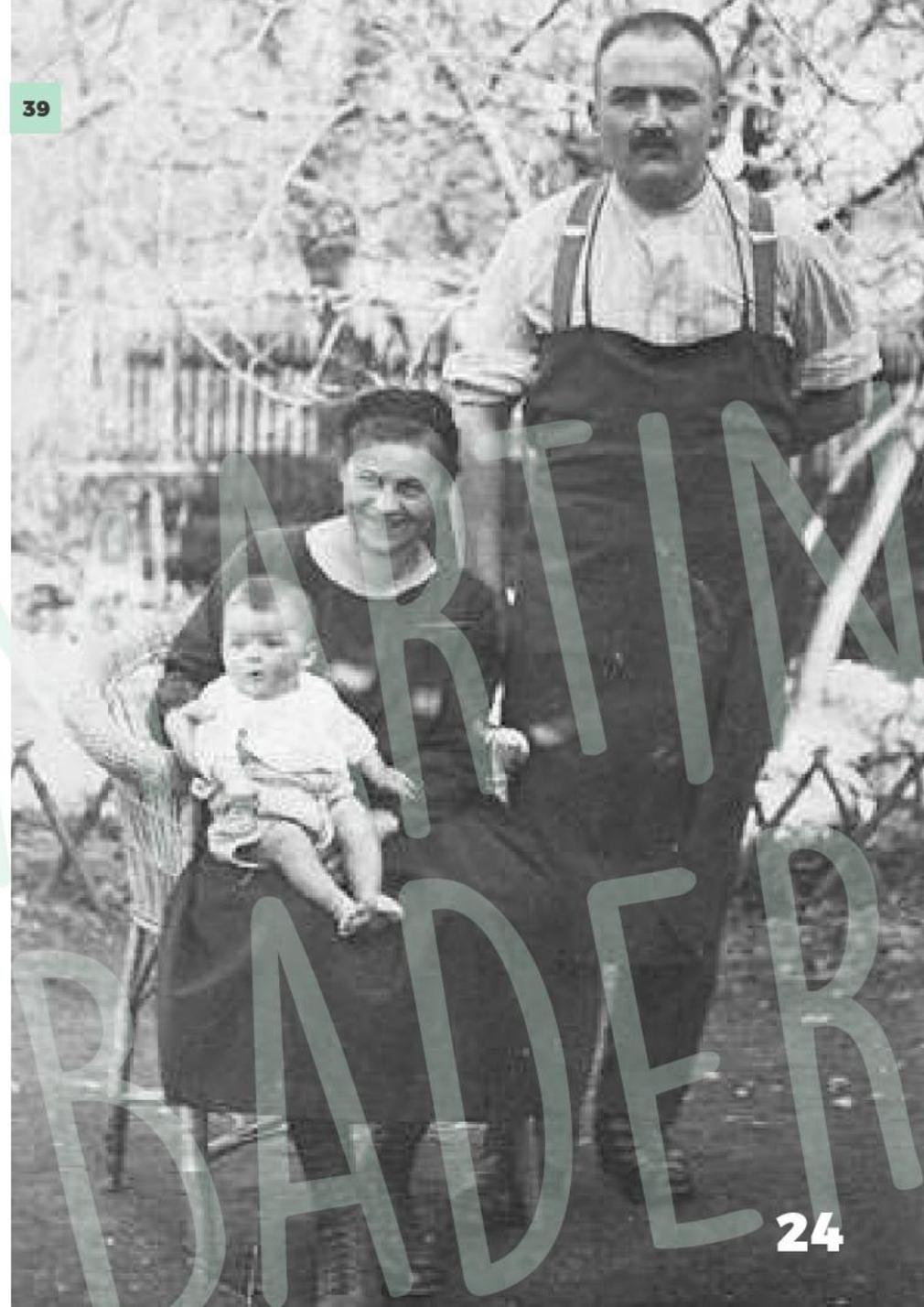
No verão de 1940, Martin Bader foi mandado

para o Centro de Eutanásia de Grafeneck. Treze dias depois, sua esposa recebeu uma carta de consolação, informando que o marido morreria em consequência de um acidente vascular cerebral e fora cremado. Ela enviou uma urna e a enterrou em Giengen.

Somente após o fim do governo nazista, Helmut Bader, filho de Martin, descobriu que seu pai foi uma das quase 10 mil pessoas assassinadas na câmara de gás de Grafeneck. Em sua ficha, constava a informação: "epidemia de encefalite e capacidade de trabalhar: 0%". Esta foi sua sentença de morte. Sua esposa Maria não recebeu qualquer pensão de viuvez após a Guerra. Martin nunca foi reconhecido oficialmente com uma vítima do Nazismo.



39



A princesa **Maria Carolina Filomena de Saxe-Coburgo e Gotha** nasceu em Pula, no então Império Austro-Húngaro, atual Croácia, em 1899. Sua Alteza era a terceira filha do Príncipe Dom Augusto Leopoldo de Saxe-Coburgo e Gotha, um dos filhos da princesa Dona Leopoldina do Brasil.

Desta forma, a Maria Carolina era neta da princesa Dona Leopoldina e bisneta do Imperador Dom Pedro II, sendo inclusive registrada como cidadã brasileira. Possuía, portanto, direitos ao Trono e à Coroa do Império do Brasil, sendo sobrinha-neta da Princesa Isabel.

Maria Carolina nasceu com uma condição que, à época, foi considerada como um distúrbio mental. Seus pais a deixaram aos cuidados de uma clínica psiquiátrica em Schladming, na Áustria - a mesma onde seu tio, o príncipe Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Gotha vivera após a Proclamação da República, por mais de 40 anos, até falecer em 1934.

Em 1941, os pacientes da clínica foram levados pelos nazistas ao Centro de Eutanásia de Hartheim, em Alkoven, na Áustria. Lá, em 6 de junho daquele ano, a princesa foi morta por gás. Seu irmão, o príncipe Rainer, foi supostamente morto em combate em 1945, em Budapeste. Sua mãe, Carolina Maria de Áustria-Toscana (ou Princesa Dom Augusto Leopoldo), faleceu poucos dias após a rendição da Alemanha. 



Alfred Wödl

Alfred Wödl nasceu em Viena, em 1934, filho da enfermeira Anna Wödl. Poucas semanas antes, sua mãe havia sofrido uma grave inalação de fumaça, causando problemas na fala e na locomoção dele. Em abril de 1939, Alfred foi internado na famosa Clínica Psiquiátrica Maria Gugging, até surgirem os primeiros rumores de assassinatos.

Anna Wödl abordou pessoalmente o dr. Herbert Linden, médico do Ministério do Interior e um dos responsáveis pelo recém-criado “Comitê do Reich para o Registro Científico de Doenças Hereditárias e Congênitas”. Sem sucesso. Em 1941, foi informada por uma enfermeira que Alfred seria levado ao Centro de Eutanásia de Hartheim. Mais uma vez ligou para o dr. Linden em Berlim, que garantiu que ele não seria transferido.

Alfred foi então levado para a Clínica Infantil Am Spiegelgrund, em Viena. Ele foi assassinado em 22 de fevereiro de 1941, cinco dias depois que Anna Wödl o visitou pela última vez. A causa da morte foi oficialmente registrada como “pneumonia”. Após a autópsia, o cérebro de Alfred foi mantido no Departamento de Patologia do hospital até 2001.

Em abril de 2002, os restos mortais das vítimas de eutanásia infantil de Am Spiegelgrund foram cerimonialmente enterrados em um túmulo de honra no Cemitério Central de Viena. O cérebro do menino, que havia sido conservado pelo SS Heinrich Gross no Departamento de Patologia do hospital, finalmente foi sepultado.

Desde novembro de 2003, um memorial lembra as 772 crianças e adolescentes assassinados em Am Spiegelgrund. Em 2013, o artista alemão Gunter Demnig colocou uma placa na frente da última casa de Alfred Wödl e de sua mãe.



Depois do fim: Julgamentos dos Médicos

Mesmo com a interrupção do Aktion T4, iniciativas voltadas ao massacre sistemático de pessoas com deficiências continuaram sem pudor. Uma das clínicas que mantiveram o programa de extermínio foi a Kaufbeuren-Irsee, da Bavária. O diretor, o psiquiatra Valentin Falthauer, implantou dietas de inanição e, em 1943, solicitou à sede central em Berlim que enviassem um profissional especializado - a enfermeira Pauline Kneissler.

Antes de trabalhar em clínicas de extermínio, Kneissler participou de uma operação secreta na frente russa cujo objetivo era exterminar soldados alemães que padeciam de transtornos mentais como resultado de stress pós-traumático.

Após a derrota da Alemanha, em maio de 1945, médicos seguiram executando seus pacientes. As atividades na clínica de Falthauer só foram encerradas em julho. Falthauer foi julgado apenas em 1949 e condenado a três anos de prisão - que não cumpriu, alegando problemas de saúde. A enfermeira Kneissler também foi julgada e condenada, tendo cumprido apenas parte da pena.

Em dezembro de 1946, um tribunal militar norte-americano (chamado de "Processo contra os médicos") julgou 23 médicos e administradores por seus papéis em crimes de guerra e contra a humanidade. Este foi o primeiro dos 12 julgamentos que as autoridades aliadas realizaram na zona ocupada de Nuremberg.

Em agosto de 1947, após 140 dias de trabalhos (incluindo o depoimento de 85 testemunhas e a apresentação de 1.500 documentos), o tribunal pronunciou 16 réus culpados. Sete deles, incluindo Karl Brandt e Viktor Brack, foram executados em junho de 1948.



JULGAMENTOS
DOS MÉDICOS

A mulher surda na Segunda Guerra Mundial

Sou Germano Weniger Spelling, graduado em licenciatura em Letras Libras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR-2020). Sou judeu e surdo.

Durante dois anos de estudos na UFPR, fiz minha pesquisa de iniciação científica sob a orientação do professor Danilo da Silva, também surdo, com o tema "Judeus Surdos na 2ª Guerra Mundial". O assunto me interessa muito e foi bastante marcante para mim, descobri coisas que são inimagináveis e inadmissíveis sobre a história de minhas origens.

O preconceito com o povo surdo acontece até os dias de hoje, e ao longo da história já passamos por extermínio, violência e exclusão, por sermos considerados incompletos e "anormais". Na iniciação científica, ficou muito evidente que ser judeu e surdo não foi fácil na Alemanha nazista. Entretanto, a perseguição contra os surdos não foi totalmente pesquisada e ainda é pouco reconhecida.

É difícil determinar o número exato de pessoas surdas que foram exterminadas durante a guerra e utilizadas em projetos de eugenia, eutanásia, abortos forçados, pela política de ideologia nazista.

Como professor em uma escola para crianças surdas e por acreditar que temos a obrigação de ensinar sempre para que atos de perseguição e preconceito não ocorram novamente, resolvi complementar minha pesquisa. No trabalho de conclusão de curso (TCC), criei, sob a orientação da professora Dra. Kelly Cezar, um livro de história em quadrinhos (HQ) em libras com o tema "A Mulher Surda na 2ª Guerra Mundial", publicado pela editora Letraria. O trabalho contou com a colaboração do professor Danilo da Silva e foi ilustrado pelo Luiz Gustavo Almeida.

Este material é bilíngue/acessível para crianças e adultos surdos. Ele transmite a história de como os surdos sofreram e morreram em uma época tão trágica. Assim, possibilita que os leitores possam conhecer a história do povo surdo, adquirir e transmitir os conhecimentos para outras gerações, para que um genocídio como este não ocorra novamente e que o preconceito passe a deixar de existir.

47



Complemento

Faça o download da obra!
<https://www.lettraria.net/a-mulher-surda/>

Acesse a exposição virtual da HQ!
<https://www.lettraria.net/exposicao-virtual/>

Para o Ensino Fundamental I: Inclusão Social

1 - Compartilhe com os alunos o material "Saiba mais inclusão social com a Turma da Mônica".

<https://docs.google.com/presentation/d/1xtzIP1Od9tMNhgmbtzU0BCYw3j41MuiLoMDB9pu1uFM/edit#slide=id.p>

2 - Após a leitura, além de expor as nomenclaturas destes grupos, traga para discussão:

- a) como combater preconceitos a partir das diferenças?
- b) como incluir estas pessoas na sociedade?

3 - Divida o grupo em equipes e proponha a construção de jogos educativos que trabalhem com o que foi pesquisado anteriormente.

4 - Analisem sua escola: há alunos como os que são personagens da Turma da Mônica? Como eles são tratados? Como sua escola é preparada para recebê-los?

5 - Entrevistem um desses colegas e elaborem cartazes informando a nomenclatura correta para as diferentes deficiências.

Filmes sobre o tema:

"Neblina em agosto" (2016), dirigido por Kai Wessel.

"Ingelore" (2009), dirigido por Frank Stiefel.

"The Deaf Holocaust - Deaf People and Nazi Germany"(2005), dirigido por Rachel Scarrott.

"Action T4: A Doctor Under Nazism" (2017), dirigido por Catherine Bernstein.

Para o Ensino Fundamental II: Estatuto da Pessoa com Deficiência

1 - Leia e discuta com os alunos o ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Após o debate, divida a turma em equipes sendo que, cada uma delas, selecionará uma imagem do material "Nada sobre nós sem nós".

2 - Analise essas imagens comparando-as com o estatuto.

3 - Produzam uma releitura da imagem, por meio de colagem, desenho ou pintura, ressignificando de acordo com o estatuto.

4 - A exposição dos trabalhos poderá acontecer virtualmente, na página da escola.



Para o Ensino Médio: A Pessoa com Deficiência ao longo da História

1 - Divida o grupo em equipes e solicite uma pesquisa sobre como as pessoas com deficiência eram vistas em diversas sociedades. Fonte complementar:

<https://www.efdeportes.com/efd176/o-deficiente-ao-longo-da-historia.htm#:~:text=O%20preconceito%20contra%20pessoas%20com,bastante%20aparente%20na%20sociedade%20contempor%C3%A2nea.&text=Por%20outro%20lado%2C%20o%20senso,este%20comportamento%20de%20v%C3%A1rias%20formas>

2 - Em forma de seminário, compartilhem suas pesquisas para a troca de informações.

3 - Retomem a leitura das narrativas pessoais que aparecem no material "Nada sobre nós sem nós". Em seguida, destaquem pontos neste material que confirmam a pesquisa realizada anteriormente.

4 - Proponha a leitura da reportagem da BBC sobre o médico Ludwig Guttmann, fundador dos Jogos Paralímpicos:

https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2012/08/120830_guttmann_rp.shtml

5 - Sugira aos alunos pesquisar e trazer histórias de atletas paralímpicos brasileiros.

6 - Como proposta de produto final, pode-se construir um álbum compartilhado e que contenha, além das histórias desses atletas, um compilado com as informações pesquisadas pelos alunos durante todo o processo.



Texto de abertura: Carlos Reiss

02 Hospital psiquiátrico de Schönbrunn 1934.
Fotógrafo da SS, Franz Bauer, 152-04-28
Bundesarchiv Berlin - Arquivo Federal Alemão.

03 Criança registrada durante o programa Aktion T4.
s/d
United States Holocaust Memorial Museum.

Eugenia e teorias pseudocientíficas

04 Francis Galton.
Década de 1850 ou de 1860.
Domínio Público / via Wikimedia Commons.
Karl Pearson's The Life, Letters, and Labors of Francis Galton.

05 Ideias de raça, Darwinismo Social e Eugenia. Nott and Gliddon, Types of Mankind.
1856.
Bundesarchiv Berlin - Arquivo Federal Alemão.

Eugenia nos Estados Unidos

06 Charles Benedict Davenport
Davenport, 1929
APS Digital Library:
<http://diglib.amphilsoc.org/fedora/repository/graphics:1647>

07 Cartoon sobre Eugenia.
Louis M. Glacken, 1913.
Puck Magazine.
Library of Congress/Science Photo Library.

08 Uma revista do começo do século 20 exibe a manchete: "Devemos reproduzir ou esterilizar os defeituosos?"
Década de 1920
Getty Images / BBC News Brasil

Eugenia no Brasil

09 Propaganda
Revista da Semana, XV, s. n.,
27/09/1924

10 "A Redenção de Cam". Reprodução
1895
Modesto Brocos, óleo sobre tela
Museu Nacional de Belas Artes (MNBA)

11 Capa do livro "O Presidente Negro", de Monteiro Lobato
13ª Edição – Original 1926
Biblioteca do Exilado/Domínio Público

12 Criança premiada como o "Bebê Eugênico"; ilustração do trabalho "A influência da educação sanitária na redução da mortalidade infantil", apresentado no congresso por Maria Antonieta de Castro. 1929. (Fotografia de Adenir F. Carvalho)
Acervo Arquivo de Antropologia Física
Museu Nacional/UFRJ

A Eugenia na Alemanha entre 1895 e 1920

13 Gráfico "Os inferiores multiplicam mais que a população sadia"
15 de janeiro de 1926.
Zeitschrift für Volksaufartung und Erbkunde, Volume 1, n.º 1.

14 Alfred Ploetz.
J.F. Lehmann (1864-1935), Munich, Galerie Hervorr.
<https://ihm.nlm.nih.gov/images/B20865>.

15 Capa de "Rassen-Hygiene", de Alfred Ploetz.
S Fischer: Berlin, 1895.

16 Experimento médico em uma ala metabólica do Kaiserin Auguste Victoria Haus, Berlim
Década de 1920
Bundesarchiv Berlin

"Três gerações de imbecis são suficientes": o caso Buck contra Bell

17 Carrie e a mãe Emma Buck.
Virginia, Estados Unidos, 1924.
The M.E. Grenander Special Collections and Archives.
University at Albany - State University of New York.

18 Árvore genealógica encontrada nas anotações do eugenista americano Harry Laughlin, feita para demonstrar a passagem hereditária de características indesejáveis de Carrie Buck.
1927 - Cortesia de Special Collections, Pickler Memorial Library, Truman State University.

A Eutanásia e a República de Weimar

19 Criança com síndrome de Down.
s/d
United States Holocaust Memorial Museum.

20 Dr. Eugene Fischer
Archiv zur Geschichte der Max-Planck-Gesellschaft, Berlin-Dahlem
United States Holocaust Memorial Museum.

21 Experimento eugênico em homens.
Década de 1920.
Corbis Historical/Getty Images.

Esterilização massiva: 1934-1939

22 Cartaz "Pais saudáveis têm filhos saudáveis".
1934.
United States Holocaust Memorial Museum.

23 Cartaz mostrando o que os nazistas achavam que aconteceria se as "pessoas de baixa qualidade (pessoas com defeitos congênitos, com deficiência ou mesmo de "raças precárias") recebessem mais crianças do que "pessoas de maior qualidade".
1938.
"Deadly Medicine".
Museu Judaico de Berlim.

24 Mulheres alemãs carregando crianças de suposta pureza ariana.
Centro de seleção Lebensborn, 1939.
Keystone-France/Gamma-Keystone via Getty Images.

A Ordem de Hitler e a Aktion T4

25 Este cartaz diz: "60.000 Reichsmark é o que esta pessoa que sofre de um defeito hereditário custa a comunidade do Povo durante a sua vida. Cidadão companheiro, esse é o seu dinheiro também. Leia "[A] New People", a revista mensal do Bureau para Política Racial do NSDAP." 1938 - Deutsches Historisches Museum. United States Holocaust Memorial Museum.

26 T4 – Memorial e Centro de Informação para as Vítimas do Programa de Eutanásia dos Nazistas



Oposição e fim do programa T4

27

Dr. Sigmund Rascher com prisioneiros no campo de concentração de Dachau
1943
Ullstein bild via Getty Images.

28

Günther E., nascido em 1929, foi abandonado pelos pais com as três irmãs e cresceu num lar adotivo. Com deficiência, foi enviado a Potsdam e considerado uma criança considerada "incapaz". Em Maio de 1941, foi assassinado numa câmara de gás na antiga prisão de Brandenburg. Alemanha, 1931.
Bundesarchiv Berlin.

Helga Gross

29

Oath and Opposition: Education Under the Third Reich. Case Study. National Institute for Holocaust Education. United States Holocaust Memorial Museum
<https://www.wsfcs.k12.nc.us/cms/lib/NC01001395/Centricity/Domain/813/Oath%20and%20Opposition%20final%20copy.pdf>

30

Helga Gross em
www.oralhistory-assets.ushmm.org/ohthumbs/RG-50.718.0003.02.03.jpg

Gerhard Kretschmar

31

United States Holocaust Memorial Museum.
Dieter Neumaier

32

Planet Schule – Startseite.
© SWR 2000 / 2006 .
<https://www.planet-schule.de/wissenspool/spuren-der-ns-eit/inhalt/hintgrund/mordfabrik-grafeneck.html>

Helene Melanie Lebel

33

Holocaust Encyclopedia - United States Holocaust Memorial Museum

Ernest Weiner

34

2017.
Sebastian Scheiner — The Associated Press.

35

Ernest na presença de Bar Rafaeli:
pcdn.columbian.com/wp-content/uploads/2017/01/Israel_Lonely_Survivors_975-1226x0-c-default.jpg

Valentina Z.

36

POORE, Carol. Disability in Twentieth-Century German Culture. A groundbreaking exploration of disability in Germany, from the Weimar Republic to present-day reunified German. The University of Michigan Press:2007.

Robert Wagemann

37

1942-1943, Berlim, Alemanha.
United States Holocaust Memorial Museum, courtesy of Robert Wagemann.

38

Fonte: United States Holocaust Memorial Museum, courtesy of Robert Wagemann.

Martin Bader

39

Martin Bader com a esposa Maria e o filho Helmut, 1934.
Jewish Museum Berlim
© Helmut Bader

40

Planet Schule - Startseite
© SWR 2000 / 2006
<https://www.planet-schule.de/wissenspool/spuren-der-ns-eit/inhalt/hintgrund/mordfabrik-grafeneck.html>

Princesa Maria Carolina

41

1899-1900
Príncipe Dom Augusto Leopoldo de Saxe-Coburgo e Bragança com sua esposa, a Arquiduquesa Carolina Maria de Áustria-Toscana, e três de seus filhos: Princesa Clementina, Princesa Maria e Príncipe Augusto. Arquivo Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança.

Alfred Wödl

42-43

Stolpersteine Wiener Neustadt
Stolperstein für Alfred Wödl
<http://stolpersteine-wienerneustadt.at/woedl-alfred/>

Depois do fim: Julgamentos dos Médicos

44

Julgamento de Karl Brandt
1946
Domínio Público / via Wikimedia Commons.

Invisibilidade das pessoas com deficiência

45

Visita do "Ver com as Mãos" ao Museu do Holocausto de Curitiba
Maringas Maciel. 2016.

A mulher surda na Segunda Guerra

46-47

HQ A mulher surda na Segunda Guerra Mundial.
Letraria.
<https://www.letraria.net/a-mulher-surda/>

Propostas pedagógicas para o educador

48

Revista Inclusão Social - Turma da Mônica
Maurício de Souza Editora
2017

49

Ludwig Guttmann (1899-1980), neurologista alemão que criou os Jogos Paralímpicos e é um dos pioneiros no uso do esporte para reabilitação física.
Instituto Guttmann, s.d.

Bibliografia básica

50

Cartaz de propaganda nazista que ilustra a necessidade de prevenir o nascimento de pessoas consideradas "inaptas". Década de 1930
"Você está dividindo a carga! Uma pessoa com doença hereditária custa em média 50.000 marcos até os 60 anos".
United States Holocaust Memorial Museum

Bibliografia básica

ALY, Götz, CHROUST, Peter, PROSS, Christian. *Cleansing the Fatherland: Nazi Medicine and Racial Hygiene*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1994.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

BRYANT, Michael S. *Confronting the "Good Death": Nazi Euthanasia on Trial, 1945-1953*. Boulder: University Press of Colorado, 2005.

BURLEIGH, Michael. *Death and Deliverance: "Euthanasia" in Germany c. 1900-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O nazismo e a produção da guerra. *Revista USP*, n. 26, pp. 82-93, 1995.

Enciclopédia do Holocausto - United States Holocaust Memorial Museum

EVANS, Richard. *O terceiro Reich no poder*. São Paulo: Planeta, 2014.

EVANS, Suzanne E. *Forgotten crimes: the Holocaust and people with disabilities*. Chicago: Ivan R. Dee, 2004.

FRANCO, JR. DIAS TRS. A pessoa cega no processo histórico: Um breve percurso. *Revista Benjamin Constant*. 30: 1-9, 2005.

FULLER TORREY, Edwin; YOLKEN, Robert. *Psychiatric Genocide: Nazi Attempts to Eradicate Schizophrenia*. *Schizophrenia Bulletin*. 36, Oxford Academic, 2010.

GALLAGHER, Hugh Gregory. *By Trust Betrayed: Patients, Physicians, and the License to Kill in the Third Reich*. Arlington, VA: Vandamere Press, 1995.

MARTON, Fábio. O extermínio dos diferentes: pessoas com deficiência e doentes terminais eram alvo do 3º Reich. *Especial Heróis Quase Anônimos. Superinteressante*. Edição nº 292-A: Abril, jun. 2011.

REES, Laurence. *O Holocausto: uma nova história*. São Paulo: Vestígio, 2018

SILVA, D. ; SPELLING, G. W. Práticas e discursos aplicados pelo regime nazista sobre surdos na Segunda Guerra Mundial. *Revista Re-Unir*, v. 5, p. 157-168, 2019.





a perseguição às
pessoas com
deficiências
durante o
Holocausto

Realização

Associação Casa de Cultura Beit Yaacov
Museu do Holocausto de Curitiba
Presidente
Miguel Krigsner

Coordenação-Geral

Carlos Reiss

Departamento de História

Michel Ehrlich (coordenação)
Ben Lerner Hoffmann
Lorena Niwa

Departamento Pedagógico

Denise Weishof (coordenação)
Gabriela Sasson Rassi
Luzilete Falavinha
Nicholas Steinmetz

Departamento de Comunicação e Redes Sociais

Laura Nicolli (coordenação)
Maria Cecília Zarpelon
Wagner Silva Machado

Departamento Administrativo

Jaime Ingberman
Eloiza Vasconcelos

Departamento Museológico

Fernanda Motta Nunes de Souza (coordenação)
Isabella Lopes

Departamento de Exposições itinerantes

Francisco Mallmann

Departamento Acadêmico

Bruna Reis

Departamento Organizacional

Rafaela Courbassier

Concepção de Arte

Fabio Bueno

Tradução Audiovisual

Raquel Carissimi

Parceiro

Ver com as Mãos
Curso de licenciatura em Letras Libras da
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Agradecimentos

Avraham Milgram (Tito), Camila Feldman, Charles London, Diele Pedrozo Santo, Germano Weniger Spelling, Isac Weishof, Kelly Priscilla Lóddo Cezar, Maria Lucia Voitech Neumann, Maringás Maciel, Sueli de Fátima Fernandes.